



Opinião Econômica

Cecilia Machado

Economista-chefe do Banco BoCom
BBM e professora do departamento de
economia da PUC-Rio



O que está sendo feito por aqueles sem nenhum direito trabalhista?

O Congresso aprovou recentemente duas mudanças nas regras do mercado de trabalho: o fim da escala 6 por 1, que reduz a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, e a ampliação do limite de faturamento do MEI, de R\$ 81 mil para R\$ 140 mil até 2028.

Ambas respondem a demandas populares: mais tempo de descanso para quem tem carteira assinada e acesso à Previdência a um custo menor para autônomos e pequenos empreendedores. Mas ignoram como funciona o mercado de trabalho brasileiro. Primeiro, deixam de fora os informais.

São cerca de 38 milhões de pessoas, perto de 40% dos ocupados, sem carteira assinada, fé-

rias, descanso semanal garantido ou limite para a jornada. Também não estão no MEI e ficam sem acesso a benefícios como o salário-maternidade e o auxílio por afastamento. São ainda os mais vulneráveis: a informalidade incide mais entre pretos e pardos, jovens e idosos, os de menor escolaridade e no Norte e Nordeste.

Segundo, tratam cada regime de trabalho de forma isolada, quando, na verdade, o mercado de trabalho é integrado. A forma de contratação responde às regras. Para uma empresa, realizar uma atividade com empregados com carteira, com prestadores de serviço ou com trabalhadores informais envolve custos e obrigações

próprios de cada modalidade. Assim, ao alterar os custos e benefícios de uma modalidade, a legislação muda a atratividade de todas as outras e desloca contratações e trabalhadores de uma para outra.

Essa dinâmica se aplica às mudanças recém-aprovadas. No fim da escala 6 por 1, a jornada cai e o salário se mantém. É de esperar que o aumento da remuneração por hora trabalhada, sem ganhos equivalentes de produtividade, leve as empresas a contratar menos ou a recorrer a vínculos sem as mesmas regras de jornada. Na expansão do MEI, a principal alternativa à carteira assinada fica mais barata, já que trabalhadores de renda mais alta

passam a ter acesso a uma tributação muito inferior à do emprego formal. Enquanto uma mudança encarece o vínculo formal, a outra torna mais atrativo o que está fora dele. Não parece coincidência que tenham avançado juntas.

Nada disso é mera especulação. Na França, a redução da jornada de 40 para 39 horas em 1982, com manutenção dos salários, aumentou as demissões, sobretudo entre os trabalhadores de baixa remuneração. No Brasil, o MEI vem se expandindo há quase duas décadas sem conseguir retirar as pessoas da informalidade. Ao contrário, sua vantagem tributária estimula a substituição de vínculos CLT por contratos de prestação de serviços, aos quais os limites de jornada não se aplicam.

Há, assim, uma tensão entre a proteção oferecida em cada vínculo e o número de trabalhadores alcançados, especialmente

em um mercado com tantos regimes de contratação. Por isso, as políticas de mercado de trabalho precisam ser pensadas em conjunto, considerando não só a proteção que oferecem mas também quem fica de fora. Se cada regra altera os incentivos de todo o mercado, o caminho é aproximar, não distanciar, as formas de contratação em direitos, benefícios e tributação.

A alta informalidade sempre foi, e continua sendo, um dos principais problemas do nosso mercado de trabalho. O fim da 6 por 1 representa um avanço nos direitos trabalhistas. Mas, se o emprego com carteira der lugar ao trabalho informal e ao MEI, a nova jornada valerá para cada vez menos trabalhadores. Por que nossas políticas de mercado de trabalho continuam a ignorar aqueles que têm pouco ou nenhum direito trabalhista?

Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas!
Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:

Invest RS soma 100 projetos de investimentos monitorados

Empreendimentos reúnem mais de R\$ 60 bilhões em aportes potenciais e podem gerar 92,4 mil empregos no Estado

/ DESENVOLVIMENTO

Eduardo Torres

eduardo.torres@jcrs.com.br

O quinto relatório mensal de monitoramento da Invest RS, referente ao mês de setembro, aponta um crescimento de 25% no valor estimado dos investimentos de empresas no Rio Grande do Sul. O levantamento também registra um marco inédito desde o início do acompanhamento: a carteira da agência de desenvolvimento gaúcha chegou a 100 projetos com facilitação da Invest RS. Somados, eles representam um potencial de geração de 92,4 mil empregos diretos e indiretos.

Foram 13 novos projetos incluídos nessa carteira somente em setembro, quase o dobro do registrado em agosto. Destes, nove estão em fase de facilitação - com potencial de R\$ 5 bilhões em aportes -, três em viabilização - com potencial de R\$ 6,2 bilhões - e um em fase de instalação, com investimento concreto

de R\$ 500 milhões. E há ainda a evolução entre os estágios dos projetos de investimentos dos 87 empreendimentos que já estavam listados pela agência em agosto.

Ao todo, os 100 projetos representam potencial de investimentos que chega a R\$ 60,3 bilhões, dos quais R\$ 12,1 bilhões foram acrescidos no mês. Se forem considerados somente aqueles já em estágio de instalação e operação - ou ampliação -, são R\$ 4,8 bilhões em desembolso concreto. "Estamos muito felizes, mas os números contam apenas parte dessa história. Tem uma equipe qualificadíssima por trás deste trabalho de prospecção. O foco principal está em converter estes projetos em emprego, renda e qualidade de vida para todos os gaúchos", avalia Rafael Prikladnicki, presidente da Invest RS.

A maior parte dos projetos elencados, 38, está concentrada na Região Metropolitana. É na região que estão dois grandes projetos de logística destacados. Um deles, em Sapu-

caia do Sul, capitaneado pela Ypê, no condomínio logístico Ecoparque Lourenço e Souza, concretizou R\$ 161 milhões para o início das operações do primeiro centro de distribuição da empresa no Estado e já deu início a uma segunda etapa deste projeto, com pelo menos outros R\$ 50 milhões em desembolso atualmente pelo parque logístico para erguer uma nova estrutura de 10 mil metros quadrados, preparada para a ampliação da operação da Ypê. Somente neste empreendimento, são projetadas 200 vagas de emprego.

Já em Cachoeirinha, às margens da ERS-118, que se consolida como um dos principais eixos logísticos do Estado, o município liberou o licenciamento e já começaram as ações da área que dará lugar a um grande empreendimento logístico na cidade, liderado inicialmente pela empresa Guardian. Trata-se de um conjunto de condomínios logísticos que, no seu masterplan, deve chegar a R\$ 1 bilhão de investimentos ao final de seis etapas. A primeira, com

evolução a partir de outubro, avança, com aportes que devem chegar a R\$ 300 milhões, liderados não mais pela Guardian, mas pela BRL IV Fundos de Investimento Imobiliário.

Ao todo, entre os projetos acompanhados pela Invest RS, são quatro nas áreas de logística e infraestrutura. Uma das áreas com maior entrada de novos projetos em setembro foi a de produtos e soluções digitais, com o acréscimo de quatro projetos, chegando a um total de nove. Este segmento inclui projetos como data centers, desenvolvimento de Inteligência Artificial, telecomunicações, audiovisual e tecnologia. Outro destaque do mês foi a assinatura do protocolo de intenções para a implantação do Terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL), por parte da Edge, em Rio Grande, que pode chegar a R\$ 1 bilhão de aportes. O aporte é uma amostra de que o Estado consolida-se como porta de entrada para o insumo na Região Sul do Brasil, como estratégia para segurança energética.

Projetos por setor

- Transição energética: 37
- Turismo (hotéis, acomodações, parques): 14
- Máquinas, equipamentos e semicondutores: 11
- Produtos e serviços digitais: 9
- Fertilizantes: 6
- Cadeia petroquímica: 5
- Logística/Infraestrutura: 4
- Cadeia agropecuária: 4
- Silvicultura, papel e celulose: 3
- Saúde: 2
- Mineração: 2
- Automotivo e cadeia: 1

Projetos por regiões*

- Região Metropolitana: 38
- Sul e Campanha: 16
- Serra: 13
- Norte: 5
- Vales do Taquari e Rio Pardo: 4
- Centro: 3
- Fronteira Oeste: 2
- Noroeste: 2

* São considerados apenas os 83 projetos com localização já definida